

O outro republicano: Política rural e reflexão carcerária em Triste Fim de Policarpo Quaresma de Lima Barreto e En Este País...!, de Urbaneja Achelpohl

Dionisio Márquez Arreaza

Submetido em 23 de Julho de 2014.

Aceito para publicação em 06 de Dezembro de 2014.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 49, Dezembro de 2014. p. 109-125

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Quinta-Feira, 22 de janeiro de 2015

23:59:59

**O OUTRO REPUBLICANO: POLÍTICA RURAL E
REFLEXÃO CARCERÁRIA EM TRISTE FIM DE
POLICARPO QUARESMA, DE LIMA BARRETO, E EN ESTE
PAÍS...!, DE URBANEJA ACHELPOHL¹**

**THE REPUBLICAN OTHER: RURAL POLITICS AND
PRISONER REFLECTION IN TRISTE FIM DE POLICARPO
QUARESMA DE LIMA BARRETO AND *EN ESTE PAÍS...!* DE
URBANEJA ACHELPOHL**

Dionisio Márquez Arreaza*

RESUMO: Nesse trabalho se compara a construção de um discurso “outro” nos personagens idealistas Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, respectivamente, nos romances *Triste fim de Policarpo Quaresma do brasileiro Lima Barreto* e *En este país...!* do venezuelano Urbaneja Achelpohl. Em cada contexto, as iniciativas fracassadas dos personagens representam formas ideais da nação que entram em conflito, respectivamente, com a realidade exterior do bipartidarismo e a interior da bancarrota individual. Esse conflito revela, por um lado, formas de exclusão para os cidadãos integrados à sociedade e, por outro, traz a atenção para os sujeitos historicamente marginalizados. A república excludente como crítica ao projeto inacabado da nação inclusiva torna esses romances complementares, ao mesmo tempo que a comparação dá conta da heterogeneidade da “república” na América Latina hispânica e brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto; Urbaneja Achelpohl; romance; república latino-americana; exclusão social.

ABSTRACT: In this article I compare the construction of a discourse of otherness in the idealistic characters Policarpo Quaresma and Gonzalo Ruiseñol, respectively, in the novels *Triste fim de Policarpo Quaresma of the Brazilian Lima Barreto* and *En este país...!* of the Venezuelan Urbaneja Achelpohl. In each context, the character's failed initiatives represent ideal forms of nation that are conflicting with, respectively, the exterior reality of the bipartisan system and the interior one of individual bankruptcy. This tension reveals, on the one hand, forms of exclusion for citizens integrated to society and, on the other, it brings attention to historically marginalized subjects. The excluding republic as critique to the unfinished project of the inclusive nation makes these novels complementary, at the same time that the comparison gives account of the heterogeneity of the “republic” within the Hispanic and Brazilian Latin America.

KEYWORDS: Lima Barreto; Urbaneja Achelpohl; Novel; Latin American Republic; Social Exclusion.

Neste trabalho se comparam os personagens Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, o primeiro do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto (Rio de Janeiro, 1915) e o segundo do romance de Luís Manuel Urbaneja Achelpohl, intitulado *En este país...!* (Caracas, 1920). Chama muito a atenção que ambos os personagens, cidadãos

¹ Esse trabalho recebeu financiamento do CDCHTA, sob o código H-1376-11-06-C, da Universidad de Los Andes na Venezuela e do CNPq no Brasil como bolsista de mestrado sob o processo 190467/2011-8.

* Professor assistente da Universidad de Los Andes, Venezuela, mestre pela Tulane University em literatura latino-americana e pela UFRJ em literatura comparada, dionisio2001@gmail.com.

proprietários das classes média e média alta, cheios de paixão pela república, realizam um percurso fracassado na tentativa de materializar ideias, práticas e atitudes patrióticas que contribuiriam para desenvolver a agropecuária e para comprovar, quer o potencial nacional, quer a eficácia da ciência agrônômica. Mas estas ideias acabam por não se adaptar à terra cultivável e entram em conflito com os usos e costumes do favor e o interesse pessoal, provocando a exclusão política dos personagens de qualquer empreendimento ou participação em prol do bem do país. Depois, a violência da guerra e o cárcere conduzem Policarpo e Gonzalo à decepção definitiva, e suas ideias, embora concebidas à imagem do discurso hegemônico do progresso liberal, se transformam em algo diferente, uma coisa “outra” diante da república que as inspirou.

No que segue, proporei que a exclusão e decepção do “outro” republicano, personificado em Policarpo e Gonzalo, virá a revelar como a república liberal nega seus direitos ao cidadão proprietário contradizendo assim seu próprio paradigma como sistema de inclusão social. Essa proposta apreciará, assim, a dimensão histórica e política contida, bem entendido, na força literária dos personagens comparados.

A negatividade com que o sistema republicano trata o idealismo patriótico nas ficções se emoldura na modernização respectiva do Brasil e da Venezuela no último terceto do século XIX, quando subsistem, em tempo republicano, as formas coloniais de exclusão vistas durante séculos contra o indígena e o negro. Como se verá, essa exclusão étnica também tem um papel importante nos dois textos. Ou seja, nesses países, o hábito colonial de olhar o outro com desprezo e de oprimi-lo violentamente continua operativo, agora contra os “outros” no regime republicano, manejado no estreito jogo de poder entre radicais e conservadores da elite nacional. Os romances são então textos *republicanos* porque o drama literário e a ação narrada criticam a exclusão bipartidarista através da opção idealista do sujeito nacionalista (o outro) e, desta forma, se diferenciam e misturam entre si o que a república projeta ser (o ideal), o que deveria ser (inclusivo) e o que de fato é (excludente).

Começamos pela ação rural. As iniciativas idealistas e utópicas dos personagens são freadas por razões distintas em cada caso. Elas representam alternativas incômodas e ilegíveis à organização rural convencional que, também de maneiras distintas, tende à politização do campo e à exclusão daquelas iniciativas. Quando Policarpo Quaresma e Gonzalo Ruiseñol, cada um no respectivo romance, cultivam a terra e criam animais, atuam sob a convicção patriótica de que o campo local tem um potencial enorme e a agricultura é atividade básica tanto para o bem-estar da pátria quanto para a economia e o desenvolvimento do país.

No caso do brasileiro, Policarpo já tinha sofrido a decepção de ser qualificado como louco publicamente após ter apresentado um requerimento ao Congresso pedindo que se decretasse o tupi como língua oficial. Depois de ser afastado do seu cargo no Arsenal de Guerra e ter passado por um hospício para “reabilitação”, ele decide ir ao campo, motivado pelo conselho sensato da afilhada Olga Coleoni. Nesse ponto do texto, pouco antes da segunda parte do romance, o narrador já havia ironizado a interpretação ingênua e a leitura romântica da ampla biblioteca brasileira de Policarpo. A palavra escrita equivale para ele à verdade absoluta e entende que as terras brasileiras são as mais fartas e férteis do mundo, onde a visão inocente do significante se corresponde direta e exatamente com o significado (WASSERMAN, 1997, p. 563-4). Ademais, seguindo os testemunhos escritos desde viajantes europeus até românticos, como propõe Negreiros de Figueiredo, a descrição da natureza farta atende ao interesse mercantilista da colonização (1988, p. 29). Policarpo reproduz por um lado o discurso colonizador inconsciente e anacronicamente, mas por outro segue a ressignificação romântica de José de Alencar, que idealiza a fartura da terra brasileira. Em

seu sítio “Sossego”, no lugar fictício de Curuzu, o hábito romântico orienta a leitura dos boletins e estatísticas de agricultura, dos quais o narrador suspeita. Contudo, o romantismo interpretativo de Policarpo cede diante da dureza do trabalho físico, ao uso de fertilizantes que pouco antes julgava desnecessários e às pragas comuns como ervas parasitas e saúvas.

Mas a paixão patriota do trabalho agrícola encontra um obstáculo determinante com as visitas de dois vizinhos poderosos: o tenente Antônio Dutra e o doutor Campos. Respectivamente, estes incorporam, no ambiente da república proclamada fazia pouco, a tendência do governo militar centralizador e a da oposição burguesa federalista. A falta de alinhamento de Policarpo na versão rural da política nacional virá a afetar seus empreendimentos agrários, mostrando a politização da vida do campo. Na primeira visita, o tenente Dutra lhe pede colaboração para uma festa tradicional, mas também aproveita para perguntar o que pensa sobre a luta eleitoral dos dois candidatos locais, ao que Policarpo responde: “Eu... Nada!” (BARRETO, 1984, p. 103). A indiferença será recebida com desconfiança e em pensamento Dutra diz:

Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse [Dutra] consigo, este malandro quer ficar bem com os dous [sic], para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato... Aquilo devia ser um ambicioso matreiro; era preciso cortar as asas daquele “estrangeiro”, que vinha não se sabe donde! (BARRETO, 1984, p. 103-4)

No campo, não é compreensível a indiferença política de um proprietário. Não se posicionar diante das duas tendências partidárias se entende como conduta estranha e suspeita. A desconfiança se agrava por ele ser novo no lugar, o que, no caso, faz de Policarpo, aos olhos de Dutra, um “estrangeiro”, ou seja, um “outro”, mesmo pertencendo à classe proprietária e apesar de o leitor já saber que Policarpo é um brasileiro brasileiríssimo. A segunda visita do doutor Campos é explicitamente política. Pergunta-lhe se quer participar na mesa eleitoral da sua vizinhança, a única que não apoiava o candidato opositor, ao que ele responde com firmeza: “Absolutamente não” (BARRETO, 1984, p. 151). Ele reflete e se indaga ingenuamente por que tanto interesse pela luta política quando era mais importante o trabalho agrícola. Nem Dutra, nem Campos se mostram contrariados na hora e não reclamam diretamente da recusa de Policarpo. Porém, o patriotismo deste se põe à prova quando aqueles usam suas funções burocráticas para puni-lo formalmente como resposta à sua postura política. A primeira punição é com base em uma lei municipal que exigia capinar os limites do sítio com as vias públicas e a segunda, uma multa por não ter pago os impostos da lavoura enviada à curta distância de quarenta quilômetros para o Rio. A politização do agro exclui duplamente Policarpo porque, ao não participar da lógica nós-vocês entre partidos, perde o direito à agricultura, à cidadania rural produtiva, embora ele seja sujeito portador dos valores dominantes da sociedade, como, precisamente, a ideia de pátria. Estar fora da cidadania é consequência de não estar dentro do bipartidarismo, situação que põe em xeque essa ideia.

Diante da manobra política que paralisa seu trabalho, o patriotismo de Policarpo se aprofunda ainda mais quando lemos suas reflexões:

A luz se lhe fez no pensamento... Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as. (BARRETO, 1984, p. 152)

A perversão da lei transforma a retórica ideal da república em voz estranha e suspeita, justificando sua consciente opressão e, em última instância, seu caráter excludente. Desse modo, o idealismo patriótico é deslocado do centro da retórica republicana para a margem da prática republicana na forma de um republicano “outro”. Esse descolamento na significação política de Policarpo evidencia o choque entre sistema e idealismo e, mais especificamente, diferencia qualquer retórica ideal da prática real da política. Mas Policarpo não é por inteiro quixotesco, visto que, mais adiante, continuam as reflexões com boa dose de consciência autocrítica das iniciativas feitas até o momento visualizando uma reforma ainda maior, reforçando a “outredade” republicana:

Quaresma veio a recordar-se do seu tupi, do seu *folk-lore* [sic], das modinhas, das suas tentativas agrícolas – tudo isso lhe pareceu insignificante, pueril, infantil. Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário *refazer a administração*. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz (grifos do autor). (BARRETO, 1984, p. 154)

Nivelado com a realidade, Policarpo reconhece os limites das suas tentativas individuais. Mas, como ele ainda é idealista, o teor da reforma adquire generalidade visando o setor agroprodutivo de um país latifundiário. Contudo, ainda que Policarpo comece a enxergar o lado menos romântico do trabalho agrícola e passe a produzir modesta e insuficientemente a terra, é um fator externo que o exclui: a pressão política local. A manobra política no campo renova, porém, o idealismo patriótico de Policarpo, que levará pessoal e voluntariamente um projeto formal de reforma geral, em forma escrita e portanto veraz, ao centro da instituição republicana na figura histórica do Marechal Floriano Peixoto, para sua verificação. O revés sofrido pela falta de posição política de Policarpo evidencia que a exclusão (as intimações recebidas) é a conduta própria da elite bipartidarista (Dutra e Campos) quando confrontada por condutas diferentes (idealismo patriota), assim contradizendo os direitos cidadãos do sistema republicano reivindicados pela mesma elite.

No caso venezuelano, Gonzalo Ruiseñol também conhece coerção política, mas são fatores internos os que interrompem suas iniciativas agrárias: a disposição psicológica e a bancarrota de sua fazenda.

Como Policarpo, Gonzalo pertence à classe proprietária, o que o faz cidadão pleno. Filho de fazendeiro dos arredores rurais dos “Valles del Tuy”, região que abriga a cidade capital de Caracas, ele herda um conjunto de fazendas, dentre elas a mais importante “La Floresta”, que proporcionou a riqueza da família que o levou a se formar em engenharia agrônoma nos Estados Unidos. De volta, discute com paixão sobre os problemas do país com compatriotas, e se propõe colocar em prática as técnicas e conhecimentos aprendidos no estrangeiro. Faz fortes investimentos em máquinas importadas da América do Norte de maneira a materializar seu ideal: “[L]a transformación de soledades estériles en campos de cultivo, según los últimos métodos y procedimientos” (ACHELPOHL, 1997, p. 227). Certamente, Gonzalo começa a conseguir alguns resultados positivos. Não obstante, fica sem recursos financeiros antes de ver o retorno da lavoura, o que na narração será precedido pela descrição de um aspecto psicológico:

Pero por encima de su voluntad, de su energía y su saber, abrumador como un círculo de hielo, el miedo, sin darse él cuenta, le restaba elementos, le obstaculizaba, le envolvía como a todos los seres que se agitan en su seno. (ACHELPOHL, 1997, p. 227)

Linhas antes de tomar consciência plena da bancarrota, o narrador detalha a fraqueza mental de Gonzalo como indivíduo. O medo toma conta dele a ponto de afetar sua relação com o ambiente externo, no caso, a fazenda e o trabalho da terra. Espécie de doença de classe, o medo cresce e o paralisa como o frio à matéria. Aqui o romance associa por contiguidade narrativa o clima mental à má capacidade administrativa, enfatizando a medida individual do personagem:

Sus recursos escaseaban y acudió al comercio; retrovendió sus fincas con la esperanza de llegar [al éxito] cuanto antes y aún le urgía dinero y más dinero, y éste se escondía y se hacía caro y las tierras tragaban plata, como si fuese agua. [...] Entonces se dio cuenta de la situación y de su aislamiento. La fe en sí mismo le había sostenido como envuelto en un marasmo. *Lo que acontece siempre a los fuertes en medio del peligro* (grifo meu). (ACHELPOHL, 1997, p. 228)

A energia de trabalho de Gonzalo que em capítulos anteriores viu alguma materialização de ideias, fica imobilizada. À luz dos seus gastos, o progresso aparente revela que as técnicas inovadoras são insustentáveis, no dizer de Andrés Bello, na “zona tórrida”. De fato, nunca se chegaria ao progresso desejado dada a predisposição mental que na narração estabelece uma analogia entre psicologia e economia.

Esgotado o dinheiro da hipoteca, ciente da ruína e percebendo um futuro incerto, Gonzalo encontra nas ruas de Caracas um amigo da época do colégio, Urdiles, que lhe propõe lutar na revolução contra o governo para, caso ganhassem, obter mais crédito e uma prorrogação da dívida. Embora indiferente às causas políticas, ele aceita pela perspectiva econômica da revolução burguesa liderada por um banqueiro e que simpatiza com o sistema financeiro internacional. Como Policarpo, Gonzalo é em princípio indiferente às contendas políticas, mas, ao contrário dele, o que o leva ao posicionamento não é uma pressão externa mas interna, na forma de uma moral fraca, verdadeiro complexo de inferioridade, acompanhada do erro orçamentário e da dependência de tecnologia e conhecimentos estrangeiros, como aponta o crítico venezuelano Lubio Cardozo (1987, p. 101). Tais elementos marcam o caráter individual da falência de Gonzalo. Imerso numa fraqueza mental-financeira diante da dificuldade de desenvolver técnicas agrícolas localmente inéditas, ele se encontra falido e, embora parecesse se aproximar ao sucesso, não consegue vender a colheita nem colocar seus produtos no mercado.

Num ambiente tradicional de incredulidade ao diferente e ao novo, a dimensão psicológica da insegurança torna Gonzalo um organismo produtivo fraco que será excluído por seleção natural da concorrência dos mais fortes (como se sugere no final da citação acima). Por isso, a fraqueza econômica de Gonzalo é consoante com a corrente evolucionista do liberalismo econômico, que identifica assim os mais “fortes” no campo venezuelano com os produtores tradicionais latifundiários. Esse esquema poderia indicar uma incoerência ideológica na narração entre gesto naturalista e crítica rural, dado que o escritor naturalista da virada do século XIX ao XX via nos métodos tradicionais o atraso. Mas a narração faz uma observação sofisticada, quando, numa espécie de biologização da economia política agrária, a força bruta se opõe ao potencial reformador mais fraco. O padrão liberal está tão fortemente internalizado na ideologia da classe proprietária que a disposição psicológica e a dependência científica criam uma unidade política que acaba por autoexcluir do campo as inovações agrárias de Gonzalo. Dito de outro modo, as posturas tradicionais representadas por agroprodutores conservadores não agem como força de exclusão exterior, mais elas “vivem” já dentro do processo psicológico de internalização do personagem que representa um “outro”

agrário. Penso que isso é estratégia paradoxal consciente na obra. Tal exclusão se encaixa numa dimensão política maior dado que, como se conferirá a seguir, o controle da economia, incluída a agrária, está no centro da luta bipartidarista na república liberal.

A exclusão, em parte política, em parte econômica, seja exterior ou interior, impulsiona Policarpo e Gonzalo à ação bélica, produzida pelos conflitos de interesse dos dois partidos ou tendências políticas, que são, grosso modo, o centralismo militar e o federalismo burguês, em linha geral ambos liberais e igualmente excludentes, como afirma Alfredo Bosi a propósito da cultura brasileira do século XIX (2012, p. 225) e que, a meu ver, corresponde à cultura venezuelana coetânea, cada uma com sua particularidade. Nessa altura dos dois romances, eventos recentes da história nacional configuram a conjuntura política da guerra ficcionalizada, que é parte significativa do destino dos personagens.

No primeiro caso, Policarpo se insere no ambiente histórico da Revolta da Armada de 1893-1894 que é referência explícita no romance e na qual ele comanda um batalhão de artilharia do governo militar do marechal Floriano Peixoto contra os revoltosos da Marinha Armada. Policarpo, guiado pela força patriótica, num clima de improviso, em vão busca em livros os cálculos para calibrar a pontaria dos canhões. No segundo caso, a também histórica “Revolución Libertadora” de 1901-1903 liderada pelo banqueiro venezuelano Manuel Antonio Matos é a referência implícita na qual Gonzalo tenta sem sucesso comandar um pelotão de revolucionários. Gonzalo, nomeado general pelo amigo, não inspira autoridade e é ridiculizado pelos soldados revolucionários, que são de classe pobre e de todas as cores, por causa das suas feições “criollas”² de classe alta e sua inexperiência nas coisas de guerra.

Sendo Policarpo e Gonzalo expostos à violência extrema da guerra republicana, seu idealismo patriótico e qualquer desejo reformista ficam sem sentido e sem lugar. Ou seja, a destruição caótica no conflito armado constituirá o clímax narrativo e a maior instância de exclusão do idealismo patriótico dos personagens, por isso, fracassados. No entanto, a forma da decepção deles é distinta. A forma em que cada personagem chega ao cárcere e o destino que sofre diferencia a forma de exclusão e dissolução do ideal patriota de cada.

Depois de derrotada a “Revolución”, Gonzalo é preso e colocado na Rotunda, prisão para presos políticos e de guerra localizada no litoral oriental da Venezuela. No cárcere ele também é derrotado, traumatizado pela violência da guerra e decididamente sem possibilidade de obter crédito nem a prorrogação do prazo para recuperar a fazenda. Não obstante, mais importante do que isso, é o fato de que ele está mental e moralmente quebrado. Nesse momento do final do romance, Gonzalo é posto em liberdade graças a Paulo Guarimba – que no início do texto é peão que, recrutado para lutar pelo governo, de soldado raso ascende a general e, depois da vitória, é promovido a Ministro de Guerra. Ao sair da prisão, o sentimento de fracasso de Gonzalo não diminui. Ao contrário, na forma de um monólogo reflexivo, que inicia no cárcere e continua logo depois que sai, ele examina a nova compreensão sobre a realidade do país:

El enanismo moral era el rasero común. Toda idea de sacrificio había desaparecido; nadie era capaz de *abogar por el otro*, ni de dar calor a otra cosa que no fuera la lisonja o alguna desastrosa combinación hija del interés y el egoísmo *arriba como*

² “Criollo” como termo de identidade varia conforme os distintos modos de representação na história hispano-americana. Assim “criollo” se refere tanto aos descendentes de espanhóis e europeus nascidos na América – e por isso, elite política e econômica – quanto a qualquer sujeito nascido na América, além dos distintos graus de mistura étnica. Aqui o uso como “elite política”, no mesmo sentido crítico da narração de Achelpohl. Uma revisão do termo criollo, embora datada, é feita no artigo de Juan José Arrom: “Criollo: Definición y matices de un concepto”.

abajo: todo estaba podrido y el único servicio que podía hacerse era precipitar por todos los medios posibles la putrefacción. Y ante la imposibilidad de ese anhelo final, lo único que restaba a ciertas almas nobles, era hacerse *indiferentes* al bien y al mal (grifo meu). (ACHELPOHL, 1997, p. 304)

No final do seu destino narrativo, Gonzalo entende que o ideal da pátria não vale nada frente à realidade do interesse “podre”, egoísta e moralmente pobre, presente em toda a hierarquia social. O narrador valoriza o cárcere como “la más objetiva de las escuelas” que serve como: “[E]spejo de imágenes deformes, donde nos miramos y nos miran” (ACHELPOHL, 1997, p. 305). O cárcere é uma espécie de miniatura intensificada que espelha os males da sociedade em toda a sua extensão e não só o lugar de retenção dos indivíduos à margem da lei e da convenção social. Saliente-se que justo quando Gonzalo passa de preso a libertado, ocorre seu monólogo avaliativo no qual, na situação de réu perdoado, opta pelo silêncio e a indiferença, o que equivale a um “encarceramento” fora do cárcere. Mais adiante no monólogo, se irrita só de pensar nas suas “velhas” ideias e insiste na atitude escolhida: “*No aventuraría ni una palabra, ni se alarmaría por nada; sentiría un pozo de aguas heladas, indiferente a cuanto se sucediera, encerrado en el más estrecho egoísmo*” (grifos meus) (ACHELPOHL, 1997, p. 306).

Embora o ideal patriótico se frustre pela reflexão feita na cadeia e a insegurança psicológica inviabilize a concretização do seu ideal, de fato Gonzalo é formalmente perdoado pelo próprio governo contra o qual se sublevou como revolucionário, o que abriria a possibilidade de ele voltar ao campo. Mas se a liberdade pelo perdão flexibiliza a traição do revolucionário, reforça-se a perda do idealismo e a conformidade com a banalidade convencional por parte de um personagem, como se viu, fraco e incapaz de sustentar suas convicções. Assim, o destino de Gonzalo representa a crítica à classe dominante e à hegemonia liberal, mas também à incapacidade para solucionar os entraves da nação por parte daqueles em condições socioeconômicas de fazê-lo, como ele.

Contudo, Gonzalo não escapa à tentação do idealismo. Em plena liberdade recuperada, o monólogo de Gonzalo é ademais marcado pela solidão, no caso, com intermitências idealistas:

[Gonzalo era] [u]nos de esos raros seres que para dicha de la humanidad tiene casa solar en el país de la Utopía y que con frecuencia se encuentran *solos*, aún en medio de las muchedumbres, porque viven como repletos de ellos mismos. Para más, esclavos de un yo implacable, fiero, fiscalizador de actos propios y ajenos [...] que despertaba al *otro Ruiseñol* y diera traste con todo lo edificado en la paz del archivo, al emprender con más brío la reconstrucción de algún otro hermoso castillo ideal, de algún otro generoso y noble ensueño, por los suyos y para los suyos, cual nunca jamás lo imaginaran “En este país” (grifo meu). (ACHELPOHL, 1997, p. 318).

Nomeado arquivista do Ministério de Guerra, Gonzalo fica longe do campo e afastado de qualquer ideal e ação. Na repartição, conta o narrador, ele conseguirá uma espécie de “paz” que caracteriza o ambiente do funcionalismo público onde ele é retratado em solidão, apesar dos colegas de gabinete ou uma passagem anônima na populosa calçada urbana. No entanto, ele é sujeito dividido, entre conformado e sonhador. Dessa maneira, o destino final mostra que o ideal que só fica na cabeça não tem potencial de transformação; é apenas uma enfermidade que serve para reconhecer os obstáculos do progresso. A narração naturalista observa em Gonzalo a mazela autóctone do intelectual ou profissional cuja compreensão da realidade, longe de ajudá-lo a solucionar problemas, o lança numa estéril decepção. Nele,

ainda, o aparecimento fugaz de uma nova ideia é apenas sintoma de doença. O paradoxo de Gonzalo é que sua exclusão é uma auto-exclusão, sendo que se encontra em liberdade.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a forma de exclusão e o destino de Policarpo contrastam com os de Gonzalo, embora ambos sejam textos republicanos em crise. No final do romance, com a vitória do governo contra os revoltosos, Policarpo é feito carcereiro dos marinheiros presos na Ilha das Enxadas, um dos lugares efetivamente testemunhados pela história. Qualitativamente, no desenrolar de sua estada no cárcere, Policarpo é o oposto simétrico de Gonzalo, mesmo que na parte final ambos transitem para a decepção e nas últimas páginas se expressem em monólogos de densa solidão. Sem o devido processo, prisioneiros escolhidos arbitrariamente são massacrados clandestinamente na Ilha das Cobras, situação diante da qual Policarpo não fica indiferente, mas indignado e, não contendo as palavras, escreve uma carta de protesto dirigida à autoridade máxima, em código romântico, onde: “Nada omitiu do seu pensamento; falou clara, franca, nitidamente” (BARRETO, 1984, p. 243). Mesmo tendo lutado para o governo de Peixoto, a carta dissidente o torna imediatamente – ou seja, sem a mediação do devido processo – traidor e então o carcereiro vira encarcerado. Ao fazer um balanço da situação, Policarpo percebe que está desmoralizado e reconhece o fracasso pela decepção obtida com o requerimento do tupi, as iniciativas agrícolas e no combate. Finalmente questiona a própria ideia de pátria num também último monólogo, onde avalia a nova compreensão da sua situação, especificamente, a reação do presidente à sua carta:

Era de conduta tão irregular e incerta o governo que tudo dele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta que aquela.

O tempo estava de morte, de carnificina: todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na consciência cousa [sic] sua, própria, altamente honrosa. (BARRETO, 1984, p. 243)

Expressar-se em dissenso conduz Policarpo, que lutou com o governo contra os revoltosos, ao cárcere junto com os sublevados, e assim se exclui não só a manifestação verbal de insatisfação, mas sua presença física. Matar, eliminar o outro, constitui a instância de resolução de conflito emblemática da ordem republicana em estreia. Na ausência de tribunal e julgamento, o instrumento de persuasão oficial é a violência física e material contra a oposição ou o diferente, incluída a dissidência interna. Nesse sentido, a exclusão de Policarpo não é particular em si; ele é mais um eliminado pelo sistema. Porém, seu raciocínio evidencia a contradição fundamental entre teoria e prática republicana. Policarpo ainda não “entende” as consequências de questionar o poder constituído, mas examina, sim, a base conceitual da ideia de pátria, se interrogando e concluindo:

Não sabia que essa ideia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuaram a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? [...] Pareceu-lhe que essa ideia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições. (BARRETO, 1984, p. 244)

A ideia da pátria, se analisarmos o destino fatal e arbitrário do personagem idealista, se reduz a reproduzir um anacronismo persistente no presente que marca o caráter colonialista dos antigos, da Europa e, no caso, da América Latina governada pelos interesses da elite – precisamente, colonialista e com um “eurocentrismo autóctone”, se couber a expressão – baseado nas ideias antigas da organização grega e do imperialismo romano. A

elite dos americanos hispânicos e lusitanos do século XIX independentista, na “reinvenção” de “sua” América, se separa politicamente e a todo custo da Espanha e de Portugal, mas conservando valores eurocêtricos, como argumenta Mary Louise Pratt (2003, p. 111). São valores que provinham não só das mães pátrias agora rejeitadas, mas da concorrência colonizadora entre elas, articulados nas expansões “decimonônicas” do capitalismo expansionista da Inglaterra e do republicanismo burguês da França. Valorizado o brasileiro em detrimento do estrangeiro, o conceito de base, a ideia de pátria, seria então uma armadilha, a estratégia de dominação estrangeira inculcada inconscientemente no sujeito nacional, que a faz sua, esquecendo aquela estratégia de dominação. Policarpo enxerga afinal, mas parcialmente, que a pátria regride na forma “fetichica” republicana (o adjetivo é do autor: BARRETO, 1984, p. 238) ficcionalizada explicitamente na Primeira República. Além da exclusão violenta que sofre Policarpo, a narração complementa, junto com a vida toda dedicada ao estudo e à idealização da pátria, como ocorrera com Gonzalo, a solidão e a utopia que caracterizam esse tipo de cidadão idealista.

Assim, os romances de Lima Barreto e de Urbaneja Achelpohl revelam a república liberal como um esquema de violência por mérito próprio através da exclusão do reformismo, idealismo e patriotismo de sujeitos em princípio integrados à sociedade. Ao mesmo tempo, as obras representam, porém, as decepções sofridas como prova da inviabilidade de reformismos idealistas de cidadãos, como foi dito, provenientes das camadas estabelecidas que partilham os valores hegemônicos das elites americanas que os excluem ou fazem se auto-excluir, como é o caso de Policarpo e Gonzalo. A diferença interior e exterior nem sempre nítida da exclusão e a oposição qualitativa no destino dos personagens sublinham o funcionamento da república-de-fato contrária à república-pátria ideal e da abstração retórica oficial contrária ao interesse real individual e egoísta. Além disso, os fracassos dos personagens representam de maneira crítica, no sentido que venho desenvolvendo, a exclusão feita pelas repúblicas americanas independentes em situação pós-colonial no plano histórico-político, herdeiras de mentalidades colonialistas e do regime latifundiário. Embora Policarpo e Gonzalo projetem soluções a problemas práticos e técnicos da produção agrícola para o bem de todos, como sujeitos com consciência nacional, eles intuem vagamente, mas não articulam propriamente como o regime de propriedade excludente é parte da base desses problemas do rural e do sistema político. Penso que a estratégia crítica das obras é sutil nesse sentido: ambas sugerem que as questões prático-técnicas dos personagens não são vias de transformação de impacto porque o problema é sistêmico. Com as reivindicações teóricas da cidadania na chegada do republicanismo, o interesse partidário banalizado e a desconfiança cultural com o diferente ou o outro – como o índio e o negro na colônia ou o patriota idealista na república – fazem reproduzir constantemente as formas de exclusão extremas e brutais, reitero, seja no plano externo ou interno, inseridas, como se verá, na visão ocidental de sociedade.

Dessa maneira, a função dos fracassos dos personagens-cidadãos Policarpo e Gonzalo não é só a de crítica ao discurso idealista e utópico que não se adapta à política real e a de denúncia do sistema republicano desvirtuado pela luta da elite bipartidária da cidade reproduzida no campo e na guerra. Através desses fracassos também se constitui, como mostrei, um “outro” político que, mesmo pertencendo à ordem existente, é reconhecido como diferente, como ameaça a eliminar, ativando-se assim os mecanismos excludentes da politização do campo e do complexo de inferioridade. Portanto, as tensões entre os personagens e a realidade nacional revelam o lado opressivo da república que nega a pregada “fraternidade, liberdade e igualdade” do ideário republicano, apropriado confusamente

durante o século XIX da repercussão centenária da Revolução Francesa de 1789, onde o republicanismo burguês derroca o absolutismo monárquico e o impacto das invasões e expedições napoleônicas criam uma crise política e ideológica na Europa. Deste modo, não é de todo surpreendente que a república liberal latino-americana mostre seu lado programaticamente destruidor na prática da exclusão social e econômica e no uso da violência como forma de negociação e resolução do forte, em consonância tanto com a corrente positivista-evolucionista que acompanhou o liberalismo da região quanto com a herança do regime escravocrata que em feições próprias sustentara as colônias hispano e luso-americanas.

Entretanto, o outro republicano na América Latina possui sua particularidade. A noção de “outro” e “outredade” nos estudos pós-coloniais implica a opressão de um grupo sobre outro, etnicamente diferente em geral, e explica como o europeu ocidental exclui o não-ocidental da cidadania sob o pretexto de sua inferioridade (SAID, 1979, p. 7). Nessa situação de sujeição, o olhar colonizador percebe defeitos e anomalias sobre o colonizado para *produtivamente* justificar a dominação. Ao longo de *Orientalism*, Said explica que o produto é o texto “orientalista”: textos sobre “eles” que em realidade falam sobre “nós” no sentido da manifestação expressiva da maneira de perceber “nossa” realidade onde os defeitos projetados a “eles” escondem sob a justificação civilizadora os mecanismos brutais de violência política e cultural. Mostra-se assim que a imagem de si do olhar ocidental, dentro da dialética de oposição, produz tanto textos ricos em figuras e descrições quanto um projeto civilizador tão defeituoso e anômalo como sua imagem do colonizado, em razão do uso da força desproporcional e contra-civilizadora.

Sendo os denominadores comuns à fala dialética de si e às formas de exclusão, o outro africano ou oriental, por exemplo, seria aqui distinto do outro americano porque num caso se trata de sociedades pós-coloniais não-ocidentais e noutra de sociedades *pós-coloniais ocidentais*³. É nesse sentido que Mary Louise Pratt observa, a propósito da importância dos textos naturalistas de Humboldt para a expansão mercantil europeia na América no século XIX, que: “The newly independent elites [as “criollas”] of Spanish America [...] faced the necessity for *self*-invention in relation both to Europe and the non-European masses they sought to govern” (2003, p. 112). A diferenciação americana da Europa e a auto-invenção de si foi *produzida* pela elite, seguindo ainda Pratt, cujo “liberal creole⁴ [“criollo”] project involved founding an independent, decolonized American society and culture, while retaining European values and white supremacy” (2003, p. 175). A crítica canadense continua a demonstrar como “Silva a la Agricultura” e “Alocución a la poesía” do intelectual caraquense Andrés Bello e “Delirio del Chimborazo” do também venezuelano e libertador Simón Bolívar servem a esse projeto em tanto tomam os textos do cientista europeu Humboldt “as a point *from which* Americanist consciousness set out, and *beyond which* it sought to go” (grifo original) (2003, p. 181). Certamente, partindo da figura natural-mercantil de Humboldt, para o criollo a natureza e a agropecuária viram signo independentista, mas do texto europeu ao americano se apaga a condição escrava do trabalho da terra ou a visibilidade não-idealizada do índio, revelando a transculturação na noção de progresso de um valor europeizante na diferenciação com a Europa.

Durante o grosso do século XIX, esses traços discursivos transculturados dos americanos independentistas mas europeizados informam a percepção de si por parte da elite

³ Estou ciente de que me refiro a momentos de séculos distintos, o XIX e o XX.

⁴ O termo inglês “creole” normalmente se refere ao afro no contexto caribenho, assim como o termo francês “créole”. Embora escreva em inglês, essa citação de Pratt coincide com o sentido hispânico explicado na nota 2.

intelectual, constatados, desde uma pletera ideológica, em textos programáticos que serviram como paradigmáticos para as novas nações, como *El dogma socialista* (1837-1839) do argentino Esteban Echeverría, *Europa y América* (1839) do venezuelano Fermín Toro, *O socialismo* (1855) do brasileiro José Ignácio Abreu e Lima, *Nuestra América* (1891) do cubano José Martí ou *Ariel* (1900) do uruguaio José Enrique Rodó, entre outros – cujo estudo detalhado ultrapassa meu objetivo aqui.

Não obstante, no primeiro, por exemplo, no contexto histórico da “Revolución de Mayo” que contrapunha costumes coloniais à emancipação social na Argentina independente, Echeverría defende a república democrática reconhecendo sua proveniência da ilustração europeia que, no entanto, não podia ser seguida “ciegamente” (1977, p. 96), tendo de se adequar à particularidade rio-platense (1977, p. 123). Sob os imperativos socialista-utópico e cristão, a sociedade se sustentaria sobre um equilíbrio entre o indivíduo e o coletivo que, porém, respeita os bens de propriedade (1977, p. 92-4) e restringe a participação cidadã das “masas sin educación” (1977, p. 110) (mestiças?) a serem guiadas pela elite educada até elas entenderem o sistema (1977, p. 120 e 124). O autor legitima o uso da forma europeia em contingência local, mas excluindo consciente, embora provisoriamente, grandes populações, dado que, por elas não terem ideias europeias, por não serem europeizados, não são ainda propriamente cidadãos, mesmo que o projeto de Echeverría preveja educá-los. Outra contradição é que sua prerrogativa socialista reconhece o regime de propriedade, que o faria um romântico liberal, espécie de anticapitalismo “mal-entendido”, segundo a tipologia de Michael Löwy (1993, p. 29). Programáticos ou de ficção, a produção textual nos primeiros tempos da Independência adiou a inclusão de todos os segmentos da sociedade ex-colonial na prioridade de estabilizar a nova república. Assim, as matérias discutidas pelos próceres como a nação e a agropecuária, ou quase nunca discutidas como o negro ou o índio (entre os poucos, Castro Alves e José de Alencar), foram evoluindo desde o futuro possível até a tarefa inconclusa e retórica oficial.

Tais textos, cada um a sua maneira, mostram que a afirmação de diferença com relação à Europa se desdiz na adoção de formas e valores europeus para a organização da sociedade americana heterogênea e desigual. Sete décadas depois da independência política, durante a consolidação hispânica, e acréscimo, a chegada brasileira na forma republicana, no último terço do século XIX, a emancipação social contra os costumes coloniais não havia concluído – e essa dívida será lucidamente cobrada pelo escritores profissionalizados da virada do século XX que aqui estudo. Ao contrário, a realidade das massas excluídas, etnicamente misturadas e não, continuava vivendo na nova forma política apropriada localmente (como muitos críticos pensam sobre a atualidade). Tudo isso mostra que a tarefa pendente da igualdade social na sociedade ex-colonial fora adiada para o futuro e no adiamento a elite americana europeizada, simultaneamente pós-colonial e ocidental, reproduz a justificativa civilizadora que esconde as formas de exclusão justamente criticadas, o que espelha o olhar colonizador, como se viu anteriormente, no olhar republicano americano. Quase um século após a Independência hispano e luso-americana, a elite dominante correspondente ficou devendo a inclusão dos marginalizados desde os tempos coloniais, inclusive com as abolições respectivas de 1854 e 1888.

Se isso é certo, a igualdade adiada desconstrói o idealismo patriótico de Policarpo e Gonzalo, nutrida em parte pelos textos programáticos da Independência e em parte pela retórica oficial de seus governos sucessivos, na releitura crítica que Lima Barreto e Urbaneja Achelpohl fazem, escrevendo na década de 1910, sobre as repúblicas brasileira e venezuelana no último terço do século XIX modernizador.

O fracasso do projeto de nação da elite intelectual do século XIX, no caso o desenvolvimento agrário dentro duma emancipação integral, fracasso do qual são sintomas a Revolta da Armada e a “Revolución Libertadora”, recria o ambiente republicano ficcionalizado em que Policarpo e Gonzalo estão destinados a fracassar. A não correspondência entre o projeto nacional, no sentido de projeção no futuro, e o sistema republicano do presente retratado orienta o itinerário literário dos personagens. Os programas americanistas, como os mencionados acima, informam o patriotismo deles, que, com efeito formulam, ao longo de pensamentos e diálogos, a importância da agricultura na economia nacional. Mas a leitura romântico-conservadora de Policarpo e o cientificismo liberal de Gonzalo revelam a paixão patriótica como inocência que os faz simultaneamente praticantes inconscientes e vítimas ignorantes do deferimento que o discurso oficial faz da exclusão exercida. O paradoxo está em que a exclusão atinge não só as massas historicamente excluídas, mas também membros da classe proprietária dominante como eles, que são, precisamente, os protagonistas fracassados dos romances. Por isso, a “outredade” republicana de Policarpo e Gonzalo não pode ser confundida com a “outredade” marginalizada do indígena ou do negro. Os dois tipos de exclusão estão presentes nos romances em doses distintas. Essa diferença interessa para avaliar a crítica republicana deles.

As iniciativas reformistas dos personagens, portadores dos valores dominantes, são efetivamente excluídas. É significativo observar a forma como cada texto exclui o outro republicano. Enquanto o venezuelano, em situação de traição efetiva, é perdoado e reintegrado ao sistema, se auto-impedindo de qualquer fala, ação ou reformismo, o brasileiro é fuzilado pelo governo a favor do qual lutou, expressando sua indignação e protesto por escrito, mas sendo fisicamente eliminado. Ambas são as formas mais extremas de exclusão que serão encenadas no cárcere, na avaliação interior ou exteriorizadamente, segundo o caso, do prisioneiro em situação limite. Tendo em conta o destino dos personagens, ambos os fracassos acumulam o maior capital crítico dos romances, indicando a impossibilidade de transformação política e econômica necessária para uma pátria e agropecuária ideais. Penso que as tentativas estão narrativa e criticamente impossibilitadas pelo deferimento discursivo típico que está no centro da ideia de pátria e de qualquer condução do país. Com efeito, Policarpo ao refletir sobre a pátria no cárcere considera que a ideia, embora “greco-romana”, completa a dominação excludente que o colonizador europeu começara sobre a ilusão da nação independente, no caso, a nação republicana. De modo semelhante e distinto, Gonzalo qualifica de “ilusão” as ideias sobre o desenvolvimento nacional que ouviu da geração dos pais e avós. Não obstante, a exclusão do outro republicano não atinge significação senão em contraste com a exclusão histórica.

A estratégia narrativa e crítica, distinta em cada romance, vai então usar sujeitos de margem para cobrar a dívida com a igualdade social adiada dos grandes relatos da nacionalidade moderna latino-americana. A narração romanesca, como a interpretação aqui adotada, é dupla: enquanto a estratégia da narrativa desenvolve explicitamente a queda de Policarpo e Gonzalo, a estratégia crítica faz encontrar o conflito social e histórico contido no elemento narrativo, no caso, dos personagens fracassados⁵.

A virada da sorte de Gonzalo que o tira do cárcere é apenas possível graças a Paulo Guarimba, peão e mestiço descendente de escravos e brancos. O romance inicia descrevendo seu trabalho no sítio Guarimba, que lhe dá sobrenome. O dono de Guarimba e o chefe de

⁵ Essa duplicidade da forma literária, entre narrativa e ideológica, deve se entender além da “função-autor” foucaultiana; argumento a favor do imperativo da discursividade do texto cuja explicação ultrapassa o objetivo desse trabalho.

Paulo é Modesto Macapo, pai da jovem Josefina e tio de Gonzalo. Paralelo à ação deste personagem (agrônomo, revolucionário e preso) se desenvolve o fio narrativo romântico do namoro entre o peão mestiço e a “criolla” branca que obterá forte oposição do pai Modesto. No contexto da “Revolución”, Paulo é recrutado e Josefina lhe suplica emotivamente que se torne general para ascender socialmente e conseguir o consentimento dos pais para seu casamento; o que acontece efetivamente. O percurso de Paulo é inverso ao de Gonzalo: é tornado recruta nas filas do governo, destacado em batalha, promovido a general, feito estrategista na vitória contra os revolucionários e nomeado ministro. Com isso, ganha o consentimento de Modesto Macapo para casá-lo com a filha. A ascensão não é mera ação narrativa; encontramos expressões de Paulo que revelam o caráter inteligente do sujeito popular. Diante dos horrores da guerra, Paulo em monólogo diz para si mesmo:

Se pelea, peleando. A la guerra se va a matar y a que lo maten. El que tenga lástima, que se quede en su casa. El que se para en pelos, está frito. Los corotos no son de su amo, sino de quien los necesite. A la guerra se va a sacar el frío a los demás, sin morisquetas [carena]. A la hora de la carga, no hay que ver a las espaldas. Al enemigo que huye, plomo caliente”. Y agregaba [diz o narrador], reforzando sus pensares: “La cosa está en echar para adelante, sea como sea; si es necesario, le como la mazamorra a un Zute; me trago un burro muerto y no eructo... (ACHELPOHL, 1997, p. 217)

A determinação e coragem de Paulo se opõem inversamente à fraqueza mental e medo de Gonzalo. Com frases da língua coloquial em chave humorística, o sujeito popular domina seu destino na situação limite da guerra e da morte. Enquanto isso, o olhar colonial em Gonzalo é patente nas últimas páginas, como se o narrador desse uma espécie de lição sobre as potencialidades desconhecidas da Venezuela popular, a outra, para a classe dominante:

Nunca [Gonzalo] comprendiera aquel hombre, ni que aquella reserva y taciturnidad, traducidas en fuerza acumulada, fueran envoltura de una voluntad fuerte y confiada en espera de la hora propicia para dejarse sentir. Era aquel un caso *extraño*. Los venezolanos del día, en general, eran todos abúlicos, míseros abúlicos, llevaban en sí el germen de la propia destrucción, y el valor y el espíritu de sacrificio, lo único que les restaba, les abandonaban, porque el abúlico es incapaz de la perseverancia, de toda energía, de la voluntad, dueña del mundo. El mismo Paulo ignoraría la virtud que encerraba. Todos los sinos eran herméticos como un huevo, y atravesamos a veces la vida en el misterio del destino. Y era ahora cuando él, Gonzalo Ruiseñol, comenzaba a comprender aquella vida, a ver en ella *los indicios de la pronta y deslumbradora transformación*.

Aquel Paulo, a su modo, fue siempre un ser *raro*, sin ningún parecido con los otros hombres de su *baja extracción* (grifos meus). (ACHELPOHL, 1997, p. 309-10)

A citação é longa mas importante. Depois de sua queda é que Gonzalo, portador dos valores dominantes e do “germen de la propia destrucción”, começa a enxergar a diferença de Paulo e a *vê-lo* como possível cidadão. Mas, a aparição de Paulo está condicionada e mediada pela verossimilhança da ascensão. O sujeito “extraño” e “raro” não só se torna visível; o outro vira fator necessário de transformação, de forma a completar a emancipação social adiada.

Enquanto Gonzalo se torna de sujeito com recursos e potencial a fracassado, Paulo vai ascendendo de sua posição social baixa à própria esfera do poder, através da mediação da atividade bélica, reitero, do conflito interno republicano. O contraste entre Gonzalo e Paulo não só reforça o fracasso e a esperança de cada um, mas revela o sentido crítico do texto. O

contraste representa a tensão social da sociedade venezuelana, entre o proprietário e o não-proprietário, o “criollo estéril” e o potencial mestiço, ainda desconhecido por causa da sua ausência, é dizer, sua exclusão da história visível e oficial da nação. A proposta consistiria em renovar o poder constituído da república através do sujeito marginalizado que verossimilmente ascende socialmente. O romance, então, simbolicamente resolve o adiamento da igualdade através da ascensão do popular. Porém, tal renovação social deixa fora da narração a renovação do próprio poder constituído, a saber, o bipartidarismo republicano excludente. Apenas um indício suplementar é dado no final: na festa de casamento entre o mestiço emergente ou embranquecido e a “criolla” branca, este deixa seus amigos e conhecidos das camadas populares consumirem e levarem comida e bebida do banquete elitista, democratizando o acesso à “festa da sociedade”.

O romance de Urbaneja Achelpohl faz uma aposta esperançosa na crítica à sociedade venezuelana em trânsito para a modernização do último terceto do século XIX. Dessa maneira, a proposta narrativa e a resolução simbólica do texto “dialogam” com o leitor venezuelano dos anos de 1910 da minoria urbana culta, principalmente caraquense, durante a ditadura de José Vicente Gómez (1908-1935) que favorecia o sistema financeiro internacional e os interesses dos Estados Unidos e da Europa que, logo depois, seriam renovados no período petroleiro da Venezuela a partir dos anos de 1922.

Diferentemente, a aposta de Lima Barreto é negativa e, por isso, sugestiva. O sentido crítico do “triste fim” de Policarpo aparece quando ele é contrastado com o sujeito popular e/ou marginalizado. No cárcere e desiludido, nas últimas páginas, Policarpo se acha só e desamparado, mas Ricardo Coração dos Outros, amigo dele, busca o auxílio de pessoas influentes, sem sucesso, na tentativa de tirá-lo da cadeia. Inclusive busca apoio em Olga Coleoni, afilhada dele. Ricardo é músico popular, morador do morro carioca que, no início do romance, dá lições a Policarpo de modinha brasileira. A vizinhança de classe média deste julgá-lo-á negativamente, entendendo o violão como instrumento popular impróprio a um funcionário, ademais culto e proprietário, pertencente à visão de mundo da classe dominante. Como Paulo, ele é marginalizado, mas seu papel de músico animador de festas da classe média-alta botafoguense faz dele um sujeito popular de intermediação, o que, no texto, abre a possibilidade de profissionalização artística em termos sociais. Assim, a presença de Ricardo e, sobretudo, a transgressão simbólica de Policarpo na sua classe reproduzem no texto a tensão social brasileira entre popular e culto, por um lado, e pelo outro, entre proletário e proprietário. Mas a atividade bélica não serve como resolução simbólica para Ricardo Coração dos Outros; ao contrário de Paulo, a guerra é um cenário de horrores que o desmoraliza e que formalmente o proíbe de tocar violão. Por sua vez, o caráter marginalizado de Olga não se dá por diferença de classe mas de gênero. A independência mental da mulher inteligente é condicionada no romance ao matrimônio medíocre que a impede de desenvolver seu potencial individual e sua relevância social. Penso que o destino de Policarpo adquire sentido fatal e fechado na representação da mesma ordem excludente que impede que o músico popular e a mulher inteligente tenham qualquer aspiração de sair da esfera do pobre e da dona de casa.

Além do contraste no nível dos personagens, talvez a passagem mais contundente relativa à ordem rural ocorra no diálogo entre Olga e Felizardo, um ex-escravo contratado por Policarpo para o trabalho agrícola do sítio que, além disso, fugia do recrutamento para a guerra. A sociabilidade de Olga é uma janela para a sobrevivência da situação colonial latifundiária, com a qual é possível “ver” o invisível:

– Bons dias, “sá dona”.

- Então trabalha-se muito, Felizardo?
 - O que se pode.
 - [...] Onde é que você mora, Felizardo?
 - É doutra banda, na estrada da vila.
 - É grande o sítio de você?
 - Tem alguma terra, sim senhora, “sá dona”.
 - Você por que não planta para você?
 - “Quá sá dona!” O que é que a gente come?
 - O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro
 - “Sá dona tá” pensando em outra cousa e a cousa é outra. Enquanto planta cresce, e então? “Quá, sá dona”, não é assim.
 - [...]
 - Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...
 - [...]
- Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pode. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* [sic] do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios.
- E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?
- A fraqueza de atenção não lhe permitiu pensar mais no problema. (BARRETO, 1984, p. 135-6)

Essa citação também é longa mas ilustrativa. As reflexões de Olga logo depois do diálogo com o trabalhador recriam a visão dominante (embora limitada pela convenção do seu gênero) que, movida pela curiosidade e inteligência espontâneas, fica face a face com a realidade da exclusão no campo brasileiro, como política colonial do Estado que a república mantém. Identificado com a fala coloquial do analfabeto, o sujeito marginal distingue conhecimento agrícola de propriedade de terra. A experiência se insere no passeio de Olga que, depois da conversa, volta para a casa rural do padrinho, perdendo a atenção. Poucas páginas depois, como já analisado acima, Policarpo sistematiza o problema na forma do projeto escrito que leva ao presidente, conduzindo-o narrativamente ao “fim”.

Ricardo, Olga e Felizardo, representantes do popular, a mulher e o ex-escravo, sublinham a irresolução simbólica das formas de exclusão da república, que, embora na teoria reconhecesse a universalidade da cidadania, não superara o passado colonial, com o que fecha ainda mais o destino fatal de Policarpo. “O marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado”, explica Carvalho (1987, p. 38).

A “pátria” é o tema explícito criticado nos romances, tanto quanto a convicção e decepção pátrias dos personagens em leitura contrastada com sujeitos marginalizados em superação (Paulo em *Este país*) ou não (Felizardo em *Triste fim*). Na medida em que fracassam, os textos falam *republicanamente* tanto pela representação exterior do sistema (governo, partidos, posições) quanto pelo drama dos patriotas fracassados. Em termos gerais, é preciso entender a experiência republicana venezuelana (como nos países bolivarianos e no resto da América Hispânica), que coincide com a independência e o fim da colônia espanhola, como distinta da experiência republicana brasileira, que viveu a relativa estabilidade político-econômica nas sete décadas entre império e república graças à continuidade da monarquia na transição para a Independência e do parlamentarismo na transição para a república, como observa Carvalho (2012, p. 19-20).

Em termos mais específicos deste trabalho, a análise narrativa das exclusões, externa em Policarpo e interna em Gonzalo, atende à particularidade conjuntural da política rural de

cada país, denotando, por sua vez, a heterogeneidade da forma republicana americana. A reflexão carcerária, traço do “romance republicano” e espaço próprio da decepção patriótica, é significativa, por sua vez, pela particularidade literária (indiferença em Gonzalo, indignação em Policarpo) em diálogo com a história nacional que ambienta essa reflexão (e que não pôde ser mais desenvolvida dentro do objetivo do trabalho). O atuar patriótico de tipo idealista não supera a politização, mostrando que o discurso oficial, no caso, republicano, reproduz o olhar colonial, o que, em consequência, transforma em “outro” republicano esse atuar idealista. Desta forma, o discurso contradiz a experiência, contradição que corresponde ao que chamo “igualdade adiada” a propósito do discurso nacional latino-americano do século XIX, no qual a emancipação social não concluída dos projetos americanos prejudica, nas ficções, membros do grupo dominante. Tal contradição, em maneiras promissoras ou destrutivas, pode encontrar uma leitura patente no contraste com os “outros” marginalizados, principalmente Paulo e Felizardo. Mas, sem os protagonistas portadores dos valores hegemônicos, Paulo perderia em verossimilhança e, portanto, em força crítica, e Felizardo não passaria de retrato histórico-sociológico. Da mesma forma, sem os sujeitos marginalizados, o destino de Gonzalo se reduz à determinação naturalista sem sair dos limites da representação de uma só classe social, e o destino de Policarpo seria tão radical quanto fantasioso. A efetividade da representação da república excludente está, então, na interligação do outro republicano e o outro marginalizado, o que oferece, de uma só vez, a força crítica do social e a verossimilhança do literário.

REFERÊNCIAS

- ARROM, José Juan. Criollo: Definición y matices de un concepto. *Hispania*, Madrid, v. 34, n. 2, p. 172-6, mai. 1951.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 p. 225-79.
- CARDOZO, Lubio. *Debajo de un considero, me puse a considerar*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: _____ (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 19-35.
- _____. *Os bestializados. Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ECHEVERRÍA, Estéban. El dogma socialista. In: RAMA, Carlos (org.). *Utopismo socialista*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977.
- FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Trincheiras do sonho: Ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

LÖWY, Michael. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PRATT, Mary Louise. 1992. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. S.I.: Taylor and Francis e-Library, 2003.

SAID, Edward. *Orientalism*. Nova York: Vintage Books, 1979.

URBANEJA ACHELPOHL, Luis Manuel. *En este país...!* 1978. Caracas: Monte Ávila, 1997.

WASSERMAN, Renata Mautner. Lima Barreto, the text and the margin: on Policarpo Quaresma. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Madrid: ALLCA/Scipione Cultural, 1997, p. 558-75.